



*Artigo*

## **Reflexos de uma lógica mercadológica no ensino superior**

*Reflexes of a Marketing Logic in Higher Education*

*Reflejos de una lógica de marketing en la enseñanza superior*

Elisa Bernal<sup>1</sup>, Daniela Tankevicius Ferraz<sup>2</sup>, Helena Schafirovits Morillo<sup>3</sup>, Mariana Pereira Carriles<sup>4</sup>, Paula Thais Antunes Pereira<sup>5</sup>, Willian Donnangelo Fender<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Filiação institucional: Psicóloga, acompanhante terapêutica e especializanda em Transtornos de Personalidade pelo Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo, Brasil. Mestranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano e integrante do laboratório de Psicanálise e Análise do Discurso da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: [elisa.bernal@gmail.com](mailto:elisa.bernal@gmail.com)

<sup>2</sup> Filiação institucional: Psicóloga, psicanalista, pesquisadora do laboratório de psicanálise instituição e saúde, especialista em Psicologia Hospitalar, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: [danitf12@gmail.com](mailto:danitf12@gmail.com)

<sup>3</sup> Filiação institucional: Psicóloga atuando no Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis, Brasil. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: [helena.schafi@gmail.com](mailto:helena.schafi@gmail.com)



<sup>4</sup> Filiação institucional: Gestora Ambiental. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: [mariana.carriles@gmail.com](mailto:mariana.carriles@gmail.com)

<sup>5</sup> Filiação institucional: Psicóloga, psicanalista. Integrante do Grupo de pesquisa Psicanálise, Sociedade e Política e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: [paula.thaisap@gmail.com](mailto:paula.thaisap@gmail.com)

<sup>6</sup> Filiação institucional: Psicólogo, psicanalista em formação, especialista em psicologia hospitalar pelo hospital e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: [wfender4@hotmail.com](mailto:wfender4@hotmail.com)

## Resumo

O presente trabalho visou problematizar as possibilidades e o lugar do docente de ensino superior dentro de um escopo de uma política voltada para uma racionalidade neoliberal, a qual prima por grande produtividade, desenvolvimento pessoal meritocrático, pela lógica da concorrência e da competitividade, bem como – em especial recorte deste artigo ao contexto acadêmico – na transformação das Instituições de Ensino Superior tomadas enquanto empresas, que devem responder às demandas e preceitos da gestão à qual são submetidas. Neste contexto, a formação do docente é amplamente atravessada pela ênfase na produção massiva de conteúdo acadêmico, em detrimento da formação didática e do incentivo ao pensamento crítico no ensino. Partindo do contexto histórico no qual a universidade se insere hoje, o presente artigo buscou discutir como as implicações da demanda mercadológica para a universidade recaem no exercício da docência, tendo como questão norteadora: os professores apresentam condições formativas para enfrentar as novas demandas que se impõe à universidade?

**Palavras-chaves:** Instituição de Ensino Superior, mercadologia, neoliberalismo, docência, formação.

## Abstract

The current article aimed to problematize the possibilities and the place of the teacher of higher education within a scope of a politics directed to a neoliberal rationality, which prizes for great productivity, personal development meritocratic, the logic of competition and competitiveness, as well as - In particular, a clipping of this article to the academic context - in the transformation of Higher Education Institutions taken as companies, which must respond to the demands and precepts of the management to which they are submitted. In this context, teacher's training is largely crossed by the emphasis on mass production of academic content, to the detriment of didactic training and the encouragement of critical thinking in teaching. Starting from the historical context in which the university is inserted nowadays, the following article sought to discuss how the implications of market

demand for university influences the exercise of teaching. For that, We had guiding question: Do teachers have formative conditions to face the new demands that are imposed to the University?

Keywords: Institution of Higher Education, marketing, neoliberalism, teaching, training.

**Keywords:** Institution of Higher Education, marketing, neoliberalism, teaching, training.

## Resumen

El presente trabajo apunta a problematizar las posibilidades y el lugar del docente de enseñanza superior dentro de un ámbito de una política orientada hacia una racionalidad neoliberal, la cual prima por gran productividad, desarrollo personal meritocrático, por la lógica de la competencia y de la competitividad, así como - En especial recorte de este artículo al contexto académico - en la transformación de las Instituciones de Enseñanza Superior tomadas como empresas, que deben responder a las demandas y preceptos de la gestión a la que son sometidas. En este contexto, la formación del docente es ampliamente atravesada por el énfasis en la producción masiva de contenido académico, en detrimento de la formación didáctica y del incentivo al pensamiento crítico en la enseñanza. A partir del contexto histórico en el que la universidad se inserta hoy, el presente artículo buscó discutir cómo las implicaciones de la demanda mercadológica para la universidad recaen en el ejercicio de la docencia, teniendo como cuestión orientadora: los profesores presentan condiciones formativas para enfrentar las nuevas demandas que se impone ¿la Universidad?

**Palabras Clave:** Institución de Enseñanza Superior, mercadología, neoliberalismo, docencia, formación.

## Introdução e contextualização: empuxo a novas demandas

---

Propor a análise de qualquer aspecto da educação superior sem antes compreender as razões históricas que contribuíram para o quadro atual, reduz sobremaneira as possibilidades de compreensão das problemáticas a serem investigadas. Por este motivo iniciaremos este artigo a partir de uma breve discussão a respeito dos processos de formação de docentes e de desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil.

Em relação à primeira questão - isto é, da formação dos professores - devemos observar a ausência de uma proposta sistematizada que pudesse dar conta das especificidades desta função. Cunha (2004) observa que o magistério no grau superior é o único para o qual não há formação específica, o que acabou contribuindo para o fato de que “o desenvolvimento do ensino superior tem sido feito à base da improvisação docente, no âmbito do patrimonialismo prevalente nas instituições públicas e privadas” (p. 797). Esta prevalência do patrimonialismo poderia ter sido evitada caso o Brasil houvesse optado por importar professores de outros países, como fizeram o México e os Estados Unidos e como ocorre ainda atualmente com os locais que acolhem pesquisadores refugiados do Leste Europeu (Cunha, 2004).

A preocupação com a formação dos professores do ensino superior resultou atualmente em uma exigência feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de que todos os alunos bolsistas passem por um processo de iniciação pedagógica e exerçam o magistério de alguma forma durante o doutorado, o que de acordo com Cunha (2004) consistiria em uma medida possível para que a situação atual da docência se modificasse. Contudo, o autor ressalta que os resultados obtidos nem sempre são satisfatórios já que não há uma sistematização desta demanda da CAPES e há muitas formas distintas das instituições lidarem com tal exigência.

Ao analisar esta questão da docência no ensino superior, Cunha (2004) observa ainda a relação entre esta questão e o regime de cátedras que vigorava nas grandes universidades públicas até os anos de 1960. De acordo com o autor, o fato da escolha dos professores depender unicamente da decisão dos catedráticos dificultava o crescimento do ensino superior, o que se modificou com a introdução do regime departamental na medida em que “a incorporação de docentes já não dependia de decisão pessoal do catedrático, mas sim, de concursos públicos. Ademais, o poder acadêmico e institucional abandonou a base necessariamente patrimonialista, centrada no poder catedrático, e substituiu-a por uma base de poder do tipo racional-legal, centrada na gestão colegiada” (Cunha, 2004:799).

No entanto, também o regime departamental apresenta seus problemas, tendo em vista que muitas vezes a escolha do professor pela banca examinadora leva em consideração apenas a capacidade destes enquanto pesquisadores, deixando de lado o aspecto da docência (Cunha, 2004).

Passemos agora à análise do segundo aspecto citado no início do artigo, a saber: o processo histórico de desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas. Ao analisarem o crescimento destas instituições no período entre 1999 e 2010, Barreyro e Costa (2014) observam que “para as IES no setor público, o crescimento foi de aproximadamente 44,79%; enquanto para as IES no setor privado, o aumento foi de 132,04%” (p. 9), o que de acordo com os autores seria o reflexo de uma legislação influenciada pela doutrina neoliberal.

A relevância que o aspecto mercadológico assumiu na educação superior brasileira não é algo recente, como nos mostra Cunha (2004:800): “como sabemos, todo o ensino superior brasileiro era, no Império, estatal e centralmente controlado. Ao adaptar o formato do Estado à federação dos poderes regionais, a República quebrou esse padrão. Para isso foi importante o ideário positivista, que preferia o ensino superior deixado ao livre jogo do mercado”.

É extremamente necessário nos debruçarmos sobre a questão da influência do caráter mercadológico do ensino na qualidade deste. Em relação a este último aspecto, o autor observa que durante o período militar o crescimento das IES particulares foi tão grande que muitos dos exames vestibulares foram substituídos pelo que o autor chama de concursos, nos quais a nota mínima foi eliminada (candidato apenas não poderia tirar zero) e as provas objetivas passaram a ser obrigatórias. Tais medidas foram tomadas com o intuito de absorver no ensino privado a alta demanda por vagas em cursos superiores.

A privatização do ensino superior também ganhou força durante os anos em que Fernando Henrique Cardoso foi presidente da República (1995 - 2002), na medida em que este buscou a expansão da educação a partir do aumento das instituições do setor privado e principalmente daquelas com fins lucrativos. É curioso notar como algumas empresas educacionais cresceram ao ponto de abrirem capital nas bolsas de valores (BM&FBovespa), o que revela também o papel central que o lucro ocupa para estas instituições (Barreyro e Costa, 2014).

Nos governos de Luis Inácio Lula da Silva, por sua vez, foi possível observar o desenvolvimento de políticas públicas “destinadas à inclusão de camadas populacionais com menor poder aquisitivo, no sentido de ampliar a democratização do acesso, tais como o Programa Universidade para Todos (ProUni)” (Barreyro e Costa, 2014:6). Além disso, foi durante o período em que Lula foi Presidente do Brasil que surgiram outras ações visando à melhoria também do setor público, como o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o surgimento dos IFs (Institutos Federais) e as modificações no sistema de avaliação da educação superior.

As instituições do setor privado continuaram apresentando um crescimento expressivo durante os dois mandatos de Lula e, através das mensalidades mais acessíveis oferecidas por grande parte destas bem como da implementação e crescimento do ProUni, o número de estudantes com poder aquisitivo menor nas IES privadas cresceu bastante. Por um lado, isto favorece a expansão do acesso ao ensino superior; por outro, revela um grande paradoxo presente no Brasil: “O ensino superior público é considerado de melhor qualidade, enquanto o oposto acontece no ensino básico (...) Isso faz com que os alunos pertencentes a setores de renda

mais elevados e que estudaram em escolas particulares ocupem grande parte das vagas nas universidades” (Barreyro e Costa, 2015:20, tradução nossa).

Assim, é possível observar a partir desta breve contextualização histórica que a tendência à privatização e à mercantilização do ensino superior é cada vez mais presente na sociedade brasileira, o que traz consequências de extrema importância para o exercício da docência que serão discutidas ao longo deste artigo. Cabe já ressaltar, no entanto, que a partir da ilustração deste contexto, infere-se certo empuxo às transformações, impulsionado pela racionalidade política neoliberal que atravessa o ideário político brasileiro e pela lógica mercadológica que, assim, produz novas demandas à instituição de ensino e aos professores. Quais demandas são essas?

## 1. Demandas às Instituições de Ensino Superior e o lugar do docente

---

A partir do que vimos, podemos observar que nem todo o crescimento em termos numéricos - seja no aumento da criação de novas universidades, faculdades e centros de educação tecnológica, seja no maior número de ingressantes no Ensino Superior - foi acompanhado por um profundo investimento na formação de pessoas capacitadas para exercer a docência.

Como citado anteriormente, Cunha (2004) refere que o grau superior é o único para o qual não há previsão legal de formação específica para o magistério, em comparação com os cursos de pedagogia e licenciaturas para o ensino fundamental e médio. O que há é a exigência de titulações acadêmicas, como de mestre e doutor, as quais não abarcam necessariamente (ou ao menos não aprofundam) especificidades da atividade docente, como didática ou formação crítica, para além da pesquisa.

Vale salientar a simples diferenciação das universidades entre públicas e privadas não abarcam a complexidade no que concerne a educação de nível superior no Brasil. As universidades públicas não constituem um segmento homogêneo, tão pouco as universidades privadas, que são bastante desiguais, principalmente em termos de produção de pesquisa e qualidade do ensino. Assim, pensar quais seriam as demandas destinadas às instituições de ensino superior é uma questão que se faz complexa.

Se avaliarmos, de modo geral, a imagem que o ensino superior privado apresenta no imaginário social de nossa época, está intimamente relacionada à uma neoliberal que prima pelo sujeito autossuficiente, independente e auto-gestor de si, bem como na formação de seus alunos para o ingresso no mercado de trabalho, evidenciado, inclusive nas propagandas de universidades em diversos tipos de mídia.

O que mais pode ser visto nesse tipo de publicidade, são discursos que tentam agir no sentido de colocar a instituição em questão como “a preferida do mercado de trabalho”,

“qualidade e empregabilidade comprovada”, “preparamos para trabalhar em grandes empresas”, (como podemos achar em uma rápida busca pelo YouTube). Percebe-se um grande apelo para a lógica mercadológica, a faculdade é boa quando ela consegue colocar a pessoa em um mercado de trabalho, essa é a garantia oferecida pela grande maioria delas.

Segundo Silva (2001):

A entrada da iniciativa privada no ensino superior deu-se primeiramente por meio de uma ampliação das atividades que os empresários da educação já exerciam na esfera do ensino básico. Assim, a mesma mentalidade organizacional que fez expandir e consolidar as empresas de ensino de primeiro e segundo graus passou a reger as iniciativas privadas no ensino universitário, até porque se tratava dos mesmos grupos. A ideia era trazer a eficiência empresarial, já comprovada no ensino básico, para o ensino universitário e marcar, também neste nível, superioridade organizacional da *empresa* particular em relação à instituição pública (grifo nosso).

Em contrapartida, vemos pouca ou quase nenhuma propaganda sobre as faculdades públicas nas mídias populares. Têm-se acesso a informações sobre essas instituições por meio de certos manuais específicos ou acessando diretamente a instituição. Silva (2001) refere que a instituição pública é em geral mais complexa que a empresa de ensino privada, por ter de atender a expectativas mais amplas de atuação, o modelo econômico-pragmático de administração não pode se restringir naturalmente à gestão econômica, estendendo-se então à totalidade das atividades, que passam a se subordinar, em larga medida, às injunções gestionárias.

As faculdades públicas são profundamente marcadas pela demanda de produção intelectual. As produções de uma universidade pública irão impactar diretamente o modo como os professores irão exercer seu ofício, visto que a adaptação do trabalho intelectual e acadêmico às novas exigências, passou a ser vista como condição de sobrevivência acadêmica e por isto foi introjetada por grande parcela do corpo docente.

Essa demanda caminha em conjunto com alguns processos de avaliação que as instituições de ensino superior estão submetidas, tais como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e outros, o que gera uma tentativa em maximizar “eficácia” e produtividade, porém ficamos com a questão sobre ser possível conciliarmos, avaliação, regulação, mercantilização e ensino crítico de qualidade.

Neste contexto, o lugar da docência universitária fica profundamente atravessada por tais demandas que são dirigidas às universidades, tendo grande influência em suas possibilidades de atuação e mesmo em sua formação enquanto professor. Como discutido por Isaia (2006), a docência é exercida por indivíduos que não têm uma identidade única. Suas características são extremamente complexas, como complexo e variado é o sistema de educação superior brasileiro. A política de formação de professores para o ensino superior no país é realizada de forma indireta: o governo determina os parâmetros de qualidade institucional, e a Instituição de Ensino Superior (IES) seleciona e desenvolve uma política de recrutamento e capacitação de seus docentes orientada por tais parâmetros.

Após listar uma série de transformações que as IES estão sofrendo nas últimas décadas, como vimos, é possível partir para a compreensão das possíveis incidências e impactos nas



exigências ao docente. Isto decorre do fato de que, no caso da Educação Superior, um dos condicionantes mais fortes da docência universitária é o estabelecimento em que o professor exerce sua atividade.

Dependendo da missão da instituição, da sua mantenedora (governamental ou privada) e de sua administração (federal, estadual ou municipal), poderão existir diferentes desdobramentos, refletindo no exercer da docência (Moroini, 2000)

Os docentes constroem a sua identidade profissional, essencialmente, a partir da produção científica que geram e/ou de atividades produtivas que lhes conferem mérito acadêmico e das quais resultam benefícios econômicos e profissionais, e não tanto a partir da formação que desenvolvem (Zabalza, 2004).

As adequações da universidade às novas demandas criaram desafios que se colocam na formação dos professores universitários: a passagem de uma docência baseada no ensino para uma docência que privilegia a aprendizagem, como veremos; a incorporação de novas tecnologias; a revalorização da prática, através da incorporação de novas metodologias de aprendizagem baseadas no trabalho; a flexibilização do currículo universitário; e a procura de qualidade através da mudança das práticas docentes. Estes desafios podem ser representados pelos dilemas profissionais, ou da identidade profissional dos docentes, apontados por Zabalza (2004): Individualismo/Coordenação; Pesquisa/Docência; Generalistas/Especialistas; Ensino/Aprendizagem

Com relação ao primeiro dilema, verifica-se que os professores universitários têm construído a sua identidade e desenvolvido o seu trabalho de forma individualista, o que dificulta, ou torna desnecessário, qualquer procedimento de coordenação Zabalza (2004).

Partindo para o dilema da pesquisa/docência, conforme o tipo de instituição de ensino superior em que o professor atua, sua docência sofrerá diferentes pressões. Se ele atua num grupo de pesquisa em uma universidade, por exemplo, provavelmente sua visão de docência terá um forte condicionante de investigação. Já se ele atua numa instituição isolada, como um centro universitário, sua visão de docência poderá ter um forte condicionante de ensino sem pesquisa (Moroini, 2000).

As instituições federais apresentam expressiva participação na produção científica do país, porém, atualmente, é possível identificar uma mudança neste cenário dado o alto investimento que as instituições particulares estão realizando para o desenvolvimento de pesquisa. Entretanto, a implantação desta cultura da pesquisa na instituição não é simples, pois, implica o desenvolvimento de massa crítica (e o período de formação é longo) ou a contratação de docentes com linhas de pesquisa já em desenvolvimento. Por outro lado, implica também a implantação de infraestrutura necessária, o fomento ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, desde a implantação de bolsas até o apoio a projetos, concessão de horas na carga horária do professor para a atividade de pesquisa (Moroini, 2000). A dialética investigação-docência é hoje reconhecida como essencial para o desenvolvimento de um ensino universitário de qualidade (Zabalza, 2004).

Em seguida há o dilema entre generalistas/especialistas. O que se verifica atualmente é a tendência da especialização e fragmentação disciplinar do conhecimento. Por fim, há o dilema ensino versus aprendizagem. As novas demandas impostas pelo cenário atual influenciam nas

tarefas do docente associadas à formação e ao conhecimento, sendo necessário que o ato formativo se centre mais na aprendizagem do que no ensino, prática ainda prevalente no terreno universitário. Cresce então a demanda pela passagem de um professor expositor de matérias para um professor facilitador das aprendizagens dos estudantes, o que torna a função formativa do docente universitário vaga e de difícil concretização (Zabalza, 2004).

Pode-se dizer que os dilemas expostos têm implicações nas três funções, em termos profissionais, assumidas pelos docentes: o ensino, a investigação e a gestão. Por meio deles, novas obrigações foram associadas ao docente, ampliando suas funções tradicionais, levando ao que Bazzo (2006) chama de intensificação do trabalho.

A intensificação está relacionada intimamente aos critérios quantitativo-produtivistas que passaram a reger as relações na universidade e que são decorrentes das políticas de avaliação e da adoção de métodos empresariais de gestão e controle das atividades cotidianas na universidade. Eficiência e racionalidade traduzem-se em aumento de trabalho e restrição de verbas e contratações. Aumentando-se o controle sobre o trabalho dos professores, logo será percebida a redução de sua autonomia, principal motivador para a escolha profissional desses indivíduos (Bazzo, 2006).

A exigência de maiores esforços no planejamento, no projeto e na elaboração das propostas docentes; aumento da burocratização didática; captação de financiamento, assessorias, estabelecimento de relações institucionais com outras universidades, entre outras, são exemplos de novas demandas que contribuem para a intensificação do trabalho (ZABALZA, 2004).

Esses dilemas se encontram na base na qual a profissão de docente tem se estruturado e, sendo assim, é de fundamental importância uma reflexão a partir deles em busca de uma efetiva mudança. Será vital reinventar a forma como os docentes universitários desempenham as funções que lhes são atribuídas por meio de novos parâmetros que levem à reflexão sobre a própria prática, o trabalho em equipe, a organização das tarefas orientadas para o mundo do emprego, a estrutura do ensino a partir da aprendizagem e a recuperação da dimensão ética da profissão docente (Zabalza, 2004).

## 2. Por uma reflexão não individualizante do exercício docente

---

Pensar essa reinvenção da profissão docente requer, no entanto, que a própria formação seja revisitada. Em se tratando da formação em nível superior, intensifica-se o debate no que se refere aos seus anseios, como apontado diversas vezes no decorrer deste texto. Deparamo-nos, de início, com uma questão-chave: Quais limites a mercantilização da educação superior impõe ao exercício da docência? É evidente que não há uma única resposta à imposição da lógica do mercado na universidade, concordamos com Isaia (2006), como apontado anteriormente, no que se refere à multiplicidade de identidades de cada professor, as quais, indubitavelmente, marcam sua posição no exercício da profissão. No entanto, pontuamos, aqui, a importância da

instância histórica e social na produção da docência na contemporaneidade, ressaltando a entrada da lógica de mercado no exercício da profissão docente.

Pensar o contexto histórico e social no qual se encontra a docência na atualidade, junto à mercantilização do ensino, nos localiza em um campo permeado por diversos discursos, como trouxemos ao longo do texto. É difícil escapar do discurso do especialista moderno ou do discurso intelectual de outrora. O professor universitário da contemporaneidade está, contudo, atravessado por esses dois discursos, e por outros tantos. Parece encontrar-se em um estado transitório, que conserva características do passado acadêmico elitista, dentro do qual a universidade é feita para poucos, e apresenta lampejos que apontam para uma universidade para todos, em prol da sociedade – o que, contraditoriamente, se confunde e se mistura com a entrada do discurso neoliberal no ambiente acadêmico, “otimizando” turmas, matérias e cursos.

É nesse caminho e observando o emaranhado de nós que constituem a docência contemporânea que questionamos o lugar do docente na universidade e o quão fixo ou flexível pode ser esse lugar. Um docente é um pesquisador? É um formador? Para quem trabalha o docente contemporâneo? Como apontamos anteriormente, essas são perguntas impossíveis de serem padronizadas, iniciando pelas importantes distâncias que existem entre as faculdades públicas e privadas, de acordo com suas exigências, demandas e contextos específicos.

Buscamos destacar, contudo, o que pode haver de comum no paradoxo do exercício da docência em nível superior, levantando questões que, indubitavelmente, não poderemos responder em curto prazo, porém reforçamos a importância de que tais questionamentos sejam pautados, fazendo eco e mobilizando um pensar sobre a docência através de um viés crítico. Quais as exigências atuais para o exercício da docência e como estão se formando os docentes dentro desse contexto? É possível um exercício crítico da docência no contexto atual, no qual a universidade é atravessada pela lógica da economia, pelo produtivismo e pela exigência de se formar profissionais “adequados ao mercado de trabalho”?

Talvez, a possibilidade de reinvenção da prática docente, como pautamos anteriormente, através do trabalho em equipe, da estrutura do ensino para a aprendizagem, etc., só seja possível com uma orientação ética comum ao exercício da docência. Pensar em uma ética comum é buscar embasar a profissão, falar de questionamentos que orientem o docente em relação a sua prática, sendo tais problematizações pautadas por uma real discussão acerca do contexto social, histórico e econômico no qual está inserido o docente nos dias atuais, refletindo acerca da sua posição na sociedade, pondo em questão quais os atravessamentos do exercício da docência na contemporaneidade.

## Considerações Finais

---

Como vimos, a docência no ensino superior passa ser estabelecida a partir de dois eixos principais: do ensino e o da investigação, pesquisa. Embora tais eixos se interpenetrem e e se

constituam mutuamente, o que vimos é que, de modo geral, o que ocorre com a IES atualmente é uma maior ênfase no que concerne à pesquisa, em detrimento à formação do docente enquanto educador e transmissor de saberes a partir de uma didática.

É sabido que a exigência e pressão exacerbada na direção exigência da produção de trabalhos, publicação de artigos e relatórios de produtividade se traduz em queixas e angústias da parte dos docentes do ensino superior – principalmente aos docentes inseridos nas instituições de ensino que têm como matriz a investigação e a pesquisa. Basta que olhemos as exigências das pró-reitorias de pesquisa das Universidades – exigindo, por exemplo, exaustivos relatórios bianuais sobre a produtividade de cada docente, além de programas de pontuação e de destaque acadêmico, a partir do número de produções. Ou seja, produtividade virou sinônimo de quantidade, excluindo a possibilidade de abrirmos seu significado enquanto produção de saber, conhecimento e inovação.

Tocamos neste ponto em outra questão relevante, muito mencionada mas, aparentemente, pouco discutida a termo: a relação entre produtividade (em números) e qualidade e inovação em pesquisa. Não é difícil considerar a ideia que diante a pressão, empuxo pela produção-quantidade, muitos docentes passem a se importar menos com a inovação em pesquisa.

Como possível sintoma deste panorama, observamos o crescente número de plágios acadêmicos, plágios de artigos científicos, produções de trabalhos esvaziados ou repetidos e inúmeras citações sem fundamento nos trabalhos. Em decorrência disto, surgem tentativas de antídoto frente a tais fenômenos, como, por exemplo, as plataformas e programas anti-plágio. Antídoto, a nosso ver, pouco eficaz, na medida em que evita a publicação de um ou outro plágio, tomado isoladamente, sem, contudo, tocar de perto sua causa.

Assim, temos que a entrada na docência é um processo que cada vez mais implica uma avaliação da pessoa em termos de sua produção, seu currículo e menos, no entanto, da habilidade didática e formação em relação a transmissão e ao pensamento crítico e implicado.

Foucault (1997) vai pensar as instituições como aquelas que replicariam uma lógica disciplinar e de vigilância provenientes do Estado. A disciplina, o poder disciplinar, para o autor, é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. Para individualizar a pessoa, utiliza-se do exame, que é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los para utilizá-los ao máximo. Quadro este bastante semelhante ao que vêm ocorrendo nas seleções para a docência nas IESs, por exemplo.

Althusser (1985), ao analisar as escolas como ‘servas’ do Estado, demonstra com isso que estas passam a ser instrumentos de reprodução da lógica de dominação inserida no sistema capitalista. Ora, poderíamos pensar que as instituições de ensino superior, não só por serem também instituições, mas por assumirem lógicas mesmas de um sistema impregnado por princípios mercadológicos, são provenientes de uma lógica do Estado, marcado atualmente por uma racionalidade política neoliberal.

É com esta reflexão que nos aproximamos do fim deste artigo. Uma aproximação, pois assim como consideramos, são questões que não pretendem ser neste momento respondidas conclusivamente, mas sim, questões que tem como objetivo problematizar a situação do docente e da docência atualmente no Brasil.

É mister que consideremos os aspectos levantados, a saber, principalmente, a influência de uma lógica neoliberal e de mercado e seus princípios de capitalização que impulsionam a superprodução no meio acadêmico, a seleção de docentes prezando pelo exame e mérito pessoal e currículo científico

## Referências Bibliográficas

---

- Althusser, Louis (1985). *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Barreyro, Gladys Beatriz; Costa, Fábio Luciano. Expansão da Educação Brasileira (1999-2010): Políticas, Instituições e Matrículas, 2014. Trabalho apresentado no *IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação* Acessado em 12/09/2016, de: [http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT2/GT2\\_Comunicacao/GladysBeatrizBarreyro\\_GT2\\_integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/GladysBeatrizBarreyro_GT2_integral.pdf)
- Barreyro, Gladys Beatriz., & Costa, Fábio Luciano (2015). Las políticas de Educación Superior en Brasil en la primera década del siglo XXI: Algunas evidencias sobre impactos positivos en la equidad. Em: *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, vol. 20, núm. 64, enero – marzo, pp. 17 – 46.
- Bazzo, Vera Lúcia. (2006). Algumas reflexões sobre a profissionalidade docente no contexto das políticas para a educação superior. Em: Ristoff, Dilvo., Sevegnani, Palmira. (orgs.). *Docência na educação superior*. Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Cunha, Luiz Antônio. (2000). Ensino Superior e Universidade no Brasil. Em Lopes, Eliana Marta Teixeira, Faria Filho, Luciano Mendes Veiga, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Cunha, Luiz Antônio. (2004). Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. *Educação & Sociedade*, 25(88), 795-817. Acessado em 12/09/2016, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000300008>
- Foucault, Michel. (1997). *Microfísica do Poder*. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal.
- Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). (2009). *Síntese de Indicadores 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (acesso em 15 de março de 2017).
- Isaia, Silvia Maria de Aguiar. A. (2006). Desafios à docência superior: pressupostos a considerar. Em Ristoff, Dilvo., Sevegnani, Palmira. (orgs.). *Docência na educação superior*. Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Morosini, Marília Costa. (2000). Docência universitária e os desafios da realidade nacional. Em: MOROSINI, M.C. (org.). *Professor do ensino superior: identidade, docência e formação*. Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
- Silva, Franklin Leopoldo. (2001). Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. In *Estudos Avançados*. p 295-304. v.15, n.42. Acessado em 12/09/2016, de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010340142001000200015&lng=en&nrm=isso>
- Zabalza, Miguel A. (2004). *O ensino Universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed.

Recebido em 01/07/2016.  
Aceito 20/09/2016.